

TRÁFICO DE DROGAS E CAUSAS BANAIS?

Amílcar Cardoso Vilaça de Freitas (UFRJ)

amilcarchicago@yahoo.com.br

Sessão Justiça, democracia e seletividade

Resumo

Esse artigo busca discutir justificativas e motivações para o homicídio na Região Metropolitana da Grande Vitória a partir da perspectiva de adolescentes responsabilizados judicialmente pela prática de homicídios. O trabalho é fruto de minha pesquisa de doutorado, ainda em andamento, realizada em unidades socioeducativas de internação do estado. Consideramos aqui cerca de quarenta entrevistas com adolescentes em conflito com a lei internados em unidades do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo, além de conversas informais. Chamou nossa atenção o fato de a secretaria de segurança pública do Espírito Santo ter anunciado, no início do ano de 2014, que mais de noventa por cento dos homicídios no estado estavam ligados ao tráfico de drogas ou a “motivações banais”. Contudo, em nosso contato com os adolescentes, percebemos que aquilo que parece banal para alguém externo a determinada dinâmica social geralmente envolve sentimentos profundos relacionados à autoimagem ou à honra pessoal para aqueles que a vivenciam. Ao mesmo tempo, o fato de um homicídio estar correlacionado à venda de drogas ilícitas não explica sua dinâmica, encerrando um sem-número de possibilidades, como a briga por pontos de distribuição, a cobrança de dívidas, o respeito à hierarquia da quadrilha local, entre outros. Procuramos entender como são apresentadas situações nas quais causas ditas “banais” podem ser dadas como suficientes para matar alguém. Apesar de perante a justiça terem cometido um ato infracional, os adolescentes apresentaram suas práticas como atos lógicos mediante as situações que enfrentavam, seja por lógicas de regulação do mercado de drogas ilícitas, seja pelas interações pessoais que levaram a cometer um homicídio. Nesse sentido, constroem-se novas apresentações do que é “certo”, que refletem condutas de defesa da honra e de justiça que se diferenciam das práticas definidas por lei e que se articulam com formas de regular mercados ilegais.

Palavras-chave: homicídio, tráfico de drogas, accounts, motivações.

CURRÍCULO VITAE RESUMIDO

Amílcar Cardoso Vilaça de Freitas é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ) e mestre em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Ciências Sociais com bacharelado e licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua na área de Sociologia, com ênfase em Teoria sociológica e Sociologia do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: ciências sociais, criminologia, violência, direitos humanos, capital social e segurança pública. Tem experiência lecionando no ensino superior em ciências sociais, especialmente em sociologia, metodologia científica e ciência política na Universidade Federal do Espírito Santo e em outras faculdades do estado e também coordenou projetos sociais de políticas públicas, com ênfase para a área de segurança pública.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2014 o governo do estado do Espírito Santo anunciou que 43% dos homicídios do estado eram relacionados ao que foi chamado de “causas banais”. Outros 50% estariam relacionados ao tráfico de drogas. Essa foi a contabilidade que o governo local apresentou à imprensa (OLIVEIRA, 2014; FERNANDES, 2014). Não é nosso objetivo aqui discutir como tais estatísticas foram construídas. O que se busca nesse artigo é pensar sobre as dinâmicas que levam uma pessoa a cometer um homicídio de acordo com uma dessas duas principais causas, segundo a secretaria de segurança pública do estado. Construiu-se a base de dados para esse a partir do relato de adolescentes em conflito com a lei internados em unidades socioeducativas – a pesquisa que é realizada como parte do desenvolvimento de minha tese de doutorado.

Segundo o secretário de segurança, André Garcia, crimes por “causas banais” “São crimes de intolerância, que não há como prevenir. São pessoas que partem para a violência na hora de resolver seus problemas” (FERNANDES, 2014). Não temos a pretensão aqui de ajudar ao governo do Estado a resolver ou a prevenir crimes. Contudo, acreditamos que podemos analisar o relato dos adolescentes de forma compreender melhor como essas situações ocorrem. Como esses adolescentes responsabilizados oficialmente apresentam e justificam suas práticas de violência?

Acreditamos que, em vez de pensar em causas banais, pensar em defesa da honra pessoal ou coletiva seja mais condizente com a construção que os adolescentes apresentaram para o homicídio. Mostraremos como o objeto em disputa pode ser insignificante para as partes que o disputam; não obstante, a forma de disputá-lo pode mexer com sentimentos de honra muito significativos. Logo, afirmamos que é a defesa da honra e não a busca por esse objeto – que pode ter origem em uma desavença sem maior importância ou em objetos ou em quantias em dinheiro de pouquíssimo valor – que é a chave principal para a compreensão da disputa.

Por outro lado, refletiremos também sobre os relatos que nos foram apresentados relacionados ao tráfico de drogas. Segundo os dados que foram colhidos, os homicídios relacionados ao tráfico de drogas dependem da compreensão de como se regula o mercado de drogas ilícitas em cada local. A realidade da Grande Vitória, onde desenvolvemos essa pesquisa, traz peculiaridades, que podem nos ajudar a compreender como esses “50% dos homicídios” ocorrem.

1. OS ADOLESCENTES E O SOCIOLOGO – Sobre relatos e métodos.

Antes de prosseguirmos, é preciso compreender que todos os entrevistados se declararam como participantes da “*vida do crime*”. Ainda assim, muitos dos homicídios praticados por eles foram justificados com base na reação a algum tipo de ofensa moral ou justicamento. Desse modo a ação torna-se compreensível e justificável para mim enquanto interlocutor. Por outro lado, eles se apresentam como participantes de uma espécie de subcultura criminal, na qual as pressões sobre a conduta seriam diferenciadas do que são para o restante da população.

Para Carlos Augusto Magalhães Teixeira, “atores envolvidos nessas atividades [criminais] são desafiados o tempo todo a produzir relatos sobre seu envolvimento e suas conseqüências em condições cognitivamente críticas. Situações em que o sentido de existência de uma ordem estável está sempre ameaçado.” (MAGALHÃES, 2006, p. 73). O autor aponta que os atores têm a sensação de que seu comportamento deve estar regido por um “padrão subjacente”, gerando um constrangimento para se adequar a esse suposto padrão.

A busca pela compreensão desse padrão é influenciada pelo que Michel Misse (1999; 2010) chamou de sujeição criminal: um forte processo de rotulação inegociável, que associa o criminoso com o crime cometido. Os indivíduos que estão sob a sujeição criminal, são acusados de serem mais que simples desviantes; eles, no limite, são confundidos com o próprio crime, de forma que se pode combater a esses indivíduos como se se combatesse o crime. Não somente a sua prática é vista como indesejada, mas a sua subjetividade é vista como má.

Para Misse,

O rótulo “bandido” é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar ou abandonar a identidade pública estigmatizada. Assim, o conceito de sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social, especificamente ligada ao processo de incriminação e não como um desvio particular. (MISSE, 2010, p. 23)

Ainda assim, os relatos feitos por esses adolescentes para um pesquisador demonstram que eles têm construções que justificam tanto o seu envolvimento em geral com a “*vida do crime*” como as práticas violentas que fizeram, incluindo o homicídio. Portanto, para melhor compreensão do que nos foi apresentado enquanto justificativa, nos valem da construção de Scott e Lyman (2008) a respeito do account.

Segundo Scott & Lyman, “um *account* é um dispositivo linguístico empregado sempre que se sujeita uma ação a uma indagação valorativa” (2008; p. 140). Dessa forma, um

account pode fazer uma ponte entre a ação indesejada e a expectativa frustrada, de forma a evitar o conflito. Padronizados dentro de cada cultura, *accounts* são assertivas das quais se lança mão quando é preciso explicar um comportamento imprevisto ou impróprio. Diferem assim de explicações, que podem ser dadas para eventos tidos como rotineiros e banais. Os autores apontam ainda que a aceitação ou não do *account* é em muito condicionada pelo ambiente no qual ele é proferido e recebido. Dessa maneira, justificar-se para um juiz é muito diferente de se explicar para os companheiros de boemia. Apresentar explicações a um sociólogo desconhecido que afirma estar realizando uma pesquisa de doutorado em uma situação de privação de liberdade é também uma situação diferenciada. Por um lado, há o perigo de se incriminar ainda mais que já se está implicado para um estranho; por outro, o desejo de contar a própria versão dos fatos.

Entrevistaram-se cerca de quarenta adolescentes. No momento, estou interagindo com eles de maneira mais informal, de forma a aprofundar alguns assuntos com os adolescentes entrevistados anteriormente. Ainda assim, por mais fidedigno que um relato possa ser, é importante ressaltar que se trata de relatos. Uma vez que são relatos sobre práticas de despecho indesejado e oficialmente condenáveis, utilizamos a noção de *account*.

2. “CAUSAS BANAIIS”

Em uma conversa informal, um adolescente decidiu me contar uma história. Antes de começar, ele me disse que não sentia vergonha do que iria contar, mas que talvez pudesse ter feito as coisas de uma maneira diferente. Segundo ele, ele e seus amigos tinham a mania de brincar de “corrida de ganso”. A brincadeira consiste basicamente em puxar – em um puxão rápido e forte – a cueca de outra pessoa para cima, ainda com ela vestida no corpo do alvo da brincadeira. Ele contava que essa prática era muito comum entre eles.

Um belo dia ele encontrou um amigo nas condições ideais para sofrer a “corrida de ganso”: estava de costas, jogando fliperama (portanto, distraído), sem camisa e com uma parte da cueca à mostra. Ele não pensou duas vezes e puxou, com toda força, a cueca do amigo. O amigo não se zangou, pois era comum essa prática.

Pois bem, não tardou para ele se encontrar na situação reversa – era ele quem jogava fliperama sem camisa – e o amigo viu. Porém, o amigo decidiu incrementar sua vingança na brincadeira e chamou outro amigo para que os dois puxassem a cueca de meu interlocutor juntos. Segundo o adolescente que me contava a história, o puxão foi tão forte que ele ficou por alguns instantes suspenso no ar, sem poder encostar o pé no chão. Tudo transcorria normalmente até o momento em que sua cueca rasgou.

A cueca rasgada, para esse adolescente, era uma ofensa inadmissível. Ele decidiu ir até sua casa e pegar a “peça” (arma de fogo). Efetuou vários disparos para cima, perguntando quem iria rasgar a cueca dele. Foi de bar em bar exigindo que eles baixassem as portas. Segundo ele, até alguns bares que ele não tinha mandado fechar, abaixaram as portas de qualquer forma. Os amigos que haviam perpetrado a brincadeira pediam para que ele se mantivesse calmo, que era apenas uma brincadeira. Ele permaneceu irredutível por certo período, até que se acalmou.

Passei a me questionar sobre quais eram os motivos daquela ação. Esse caso não terminou em assassinato, apenas porque o amigo que fez a “corrida de ganso” decidiu manter-se calmo e não reagiu com a mesma impulsividade. Caso contrário, teria sido mais um crime por “causa banal”.

Esse caso me remeteu ao conceito de Luiz Antonio Machado da Silva de *sociabilidade violenta*. Para Machado da Silva, a sociabilidade violenta se apresenta dentro de uma ordem social, de um complexo de práticas. Estruturada na força física, ela serve para atender os objetivos individuais mais imediatos, “deixando o caminho aberto para a manifestação mais imediata das emoções, para uma interação que instrumentaliza e objetifica o outro e reduz ao mínimo a produção de sentido” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 41).

Portanto, busca-se o controle de um ambiente que só oferecia a resistência física, uma vez que os freios morais estariam suspensos. Os agentes teriam que produzir, reiteradamente, manifestações de poder físico, uma vez que a obediência está condicionada à assunção de que se é mais fraco e à certeza de que a insubordinação levaria à retaliação, no mais das vezes letal.

Nenhum dos adolescentes com quem conversei apresentou-se como um agente típico da sociabilidade violenta. Todos eles demonstravam algum apreço por familiares, vizinhos e parceiros e muitos deles até pela hierarquia local do tráfico de drogas. Contudo, o próprio Machado da Silva aponta a sociabilidade violenta como uma construção típico-ideal, logo, pode-se compreender como algumas de suas características estão diretamente ligadas a algumas das práticas que serão descritas abaixo. O rapaz da história da “corrida de ganso”, mesmo sem apresentar todas as características de sociabilidade violenta, se movimentou dentro de sua lógica: ele não queria ser visto como alguém mais fraco, alguém cuja cueca pudesse ser rasgada na rua impunemente. Isso significaria que ele não poderia mais se impor pela força e foi preciso uma demonstração exagerada de força para que ele

reestabelecesse o patamar de imposição do medo que ele imaginava ter. Acima de tudo, ele não gostaria de parecer alguém indefeso.

Para a prática específica do homicídio, os *accounts* dos adolescentes estão voltados para a defesa de algum elemento, especialmente aqueles relacionados à honra e ao respeito que o assassinado teria ofendido. De certa maneira, é como se o assassinado tivesse merecido morrer em decorrência de suas atitudes. Encontramos essa noção na obra de Donald Black (1993), *Crime as Social Control* (O crime como controle social). Para Black, controle social ocorre sempre que se reaja a alguma prática desviante. E ele apresenta como autodefesa (*self-help*) a tentativa de resolver a ofensa por conta própria e praticar individualmente o controle social. Dessa maneira, muitos crimes que ocorrem são uma reação a algo de errado que aconteceu previamente.

A definição de ofensa, segundo Black, pode variar entre a pessoa e o Estado. Podem existir casos para qual o Estado não oferece resposta mas que gera profundo agravamento nos indivíduos. Podem ainda existir situações nas quais os indivíduos não podem ou preferem não acionar o Estado, ou que acham que a resposta do Estado será morosa ou insatisfatória. Para Black,

Here the state often imposes the categories of offender and victim on people who were themselves contesting the proper application of these labels during the altercation in question. Whether there was originally a cross-complaint or not, however, in all these cases the state defines someone with a grievance as a criminal. The offense lies in how the grievance was pursued. The crime is self-help¹. (1993, p. 36)

Em alguns casos, a pessoa se sente obrigada a agir de determinada maneira, mesmo sabendo que será enquadrada oficialmente como criminosa. Certa honra pessoal a ser preservada pode aflorar em casos muito simples. Um exemplo individual será bastante esclarecedor nesse sentido. Vamos contar a história de um adolescente envolvido no tráfico local de drogas, que estava respondendo, quando eu o conheci, por um homicídio.

Paulo [nome fictício] tinha um capacete de moto do qual gostava muito, era de cor metálica e espelhado. Um amigo de Paulo pediu o capacete emprestado, porque haveria uma festa na praça do bairro e ele queria impressionar algumas garotas. Para que Paulo não ficasse sem capacete, o amigo de Paulo o emprestou outro capacete, mais feio e simples.

¹ Tradução livre: Aqui o Estado frequentemente impõe categorias de agressor e vítima sobre as pessoas que estão contestando a aplicação apropriada desses rótulos durante a querela em questão. Havendo ou não uma reclamação original que se cruza, ainda assim, em todo caso o Estado define alguém com uma reclamação como criminoso. A ofensa está em como a reclamação foi perseguida. O crime é autodefesa.

Paulo não quis ir à festa, preferiu ir a um bairro vizinho visitar uma tia. Quando ele ia embora da casa da tia, o capacete emprestado havia sido roubado. Ele teve que contar isso ao dono do capacete:

«Aí ele falou, “porra, e agora?” Aí eu falei: “Não, fica tranquilo que eu vou te pagar outro. Eu pagar, ‘tava traficando, que é fácil, com duas pedras [de crack] você compra um capacete, um celular do doido. Aí eu falei: “tranquilo”.»

Veja que o capacete não era problema; sequer era dele e custava o que para ele uma quantia irrisória, que ele poderia recuperar rapidamente. Porém, Paulo descobriu quem havia pegado seu capacete. Uma menina contou que outro rapaz do “movimento” (organização local do tráfico de drogas) tinha usado o capacete para levá-la em casa. Paulo ficou irritado porque o rapaz não havia pedido pelo capacete que estava sob sua responsabilidade. Ele decidiu ir cobrar:

«Aí falei: “ê véi, o meu capacete?” e ele, “Ah, véi, não era nem pra eu ter pegado aquela porra, esqueci lá na pracinha”, aí virou as costas e me deixou falando sozinho.»

Ele não se conformou com a resposta. Resolveu ir até a “boca” (ponto de venda de drogas) onde esse menino atuava e também não obteve resposta. Não obteve sequer a assunção da dívida. Decidiu ir embora. Quando estava se afastando, foi interpelado pelo “patrão”:

«Aí o “patrão” desse moleque veio atrás de nós: “Ó, mermão, vai na minha biqueira gritando não, que se aparecer vou meter bala em vocês mesmo”. Falei: “cê tá me ameaçando?”; falou: “é isso mesmo”², falei: “então já é, então”.»

Essas respostas revoltaram Paulo. Ele não aceitava o desfecho da situação e acreditava que essa era uma afronta direta à sua dignidade, especificamente à sua dignidade enquanto alguém do “mundo do crime”:

«Passei em casa, peguei a arma e falei: “ô, se eu não matar esse moleque, vai ser negócio entrar pra igreja, fi”. Eu, na *vida do crime*, sujeito a qualquer coisa, e o cara vem e me tira³ grandão, fi? Se eu ‘tô no crime, ‘tô sujeito a tudo, vou deixar o cara me tirar grandão? Vou sair igual uma porqueira, então não sirvo pra ficar na *vida do crime*, aí eu falei ainda: “Ó, se eu não matar esse moleque eu entro pra igreja.”»

Paulo foi aconselhado apenas a não matar dentro da “boca”, porque isso seria interpretado como um ataque a toda a quadrilha; que procurasse alvejar seu desafeto em um local público. Foi o que fez.

² Muitas vezes quando os adolescentes contam que uma guerra está sendo declarada é porque uma das partes cobrou uma atitude diferente e não obteve resposta. Interpelado, recebeu apenas a resposta: “É isso aí mesmo”. Isso significa que não haverá mais “desembolo” sobre a questão e que as partes poderão buscar fazer valer sua vontade pela força.

³ Tirar é uma gíria que significa fazer graça à custa de alguém, humilhar. O termo em si trás a marca da exclusão que seu sentido literal (retirar, extrair, arrancar) apresenta.

O caso de Paulo é sintomático do problema em questão. Junta os dois elementos que apresentamos aqui como parte do desenvolvimento do homicídio por “causas banais”. Por um lado ele sofreu uma afronta direta à sua dignidade. Se aceitasse isso, segundo ele, era melhor ele entrar para Igreja. Para Paulo, ele não poderia mais ser quem ele era se permitisse que uma situação como essa permanecesse sem resposta. Por outro lado, ele não tinha mais a quem recorrer; os superiores na hierarquia do tráfico decidiram que não o ajudariam e ele, na condição de alguém do “*mundo do crime*”, não poderia recorrer à polícia.

Vale ressaltar que para ele o valor do objeto não tinha importância. Ele recuperaria o dinheiro em pouco tempo, mas não teria como recuperar a honra perdida, nem a sensação para ele mesmo e para os outros de que ele é um “porqueira”. Da mesma forma que durante as jornadas de junho de 2013 dizia-se que “não é por vinte centavos”, não foi o capacete que fez Paulo cometer um homicídio.

Mesmo que o indivíduo não esteja na “vida do crime”, se houver alguma ofensa que ele considera incontornável e para qual o Estado não ofereça uma resposta que ele julgue satisfatória, ele pode decidir usar de violência ou de outras práticas incrimináveis como autodefesa. Black (1993; p.33) cita o exemplo de pessoas que confiscam a propriedade de outras para se ressarcirem de dívidas informalmente contraídas. Somando isso à lógica da sociabilidade violenta de mostrar-se forte, não é difícil entender como que pequenos desentendimentos sobre quantias insignificantes de dinheiro ou sobre desavenças supostamente “banais” podem levar a uma retaliação fatal.

Existe uma série de comportamentos que, se não forem seguidos propriamente, é “negócio entrar pra igreja” e abandonar a “*vida do crime*”. Constrói-se uma nova noção de certo. Contudo, ao longo das conversas, essa noção vai se mostrando mais e mais flexível. Ao invés de regras claramente definidas, existem princípios e interesses que serão negociados ou impostos à força, conformando-se a cada situação. Um adolescente, em entrevista gravada, certa vez me disse que:

«’Tá nessa vida, você sabe o que é certo e o que é errado. Que é o bagulho doido⁴. Você sabe o que você pode e você não pode. Que o bagulho é doido. No estatuto do crime tem tudo. Quem é do crime sabe. Tem o estatuto do Estado e tem o estatuto que é nosso também, não tem? Você pensa que nós não tem estatuto, mas nós tem também. Se errar, fi...»

⁴ “Bagulho doido” é uma expressão utilizada para designar uma Situação de extrema tensão e uso da violência.

Porém, quando perguntado, ele não soube delinear todas as regras do “mundo do crime”. Algumas apareceram mais claramente, como a proibição de “caguetar” (alcaguetar) e de cafanhatar (ter relações com mulheres casadas). O interdito ao estupro e ao uso indevido do dinheiro do “movimento” também são construções claras. Mesmo assim, cobrar as dívidas ou os erros é um exercício que, em meio à lógica da sociabilidade violenta, depende também de uma consideração de força. Desse modo, dar demonstração de força (ou de crueldade), pode ser um jeito de tentar também se proteger.

Para mim, foi interessante notar que alguns adolescentes indicaram que praticam também várias formas de justiça, não só nas já citadas práticas de autodefesa, mas também para vizinhos, para a “favela”⁵ como um todo. Isso tem inúmeras razões e discutiremos algumas delas. Um adolescente, também em entrevista gravada, contou que:

« O que precisa lá é só falar com nós que acontece. Precisa chamar a polícia para o morro não. Você não vê polícia subindo o morro não, só quando é para pegar um cadáver lá em cima. »

Nesse caso, trata-se do que Michel Misse chamou de mercadoria política. Misse chama

de «mercadorias políticas» ao conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos «políticos» (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. (MISSE, 1999, p. 288).

Dessa forma, praticar alguma forma de justiça significa manter a polícia afasta. É possível assim se apropriar da prática do controle social, nos termos de Black, de forma impedir que o controle social seja exercido sobre si. Contudo, é difícil pensar que essas práticas partam de um interesse tão claro e cínico. Embora o interesse possa ser identificado, é provável também que ele esteja relacionado com uma sensação de aplicação correta de um tipo de justiça, que não transparece como uma prática insincera. Um adolescente justificou assim o assassinato de um estuprador:

«Eu vou fazer alguma coisa. Porque se for depender da Justiça... se for depender da Justiça, até apurar fato, do jeito que eles falam, é uma burocracia danada. Aí, muitas vezes o crime sai impune. »

Tudo isso depende de um complexo senso de moral. Roubar e furtar, por exemplo, é permitido, contanto que fora da favela. Um interlocutor justificou da seguinte forma o assassinato que cometeu quando perguntado sobre o que a pessoa teria feito para que merecesse morrer:

«Roubando, então certas coisas também nós não aceita na comunidade. Mesmo os de nós ser errado, mas nós só ‘tamo lá vendendo droga... às vezes, vendendo e

⁵ O termo “favela” é pouco utilizado no Espírito Santo fora do “*mundo do crime*”. Nesse sentido, “favela” designa a área em que um a quadrilha de vendedores varejistas de drogas ilícitas atua.

usando droga na frente dos moradores da sociedade, coisa errada, mas, nós tipo zela por aquele espaço. Se alguém erra ali, nós tipo quer fazer a lei com as nossas próprias mãos. Nós tenta falar: “ó, você não vai fazer mais isso”, dá um pau [surra]. Aí não adianta, dá outro e não adianta. Fala e manda embora, não adianta. Ele ficou vadiando eu, aí morre. Ele vai ficar roubando a casa dos outros e é gente que, gente que trabalha, trabalha o mês todo. Vamos dizer, eu sou trabalhador, trabalho, trabalho, trabalho pra ter uma camisa de marca e uma televisão dentro de casa, vou estender a roupa no varal ou vou sair e vem um sem o que fazer, um drogado da vida, um viciado e rouba aquilo que você ficou um mês todo suando ali pra comprar, aí o tráfico faz o quê? Rapaz, isso é errado, aí eu venho e mato.»

Embora haja certa tolerância com o roubo, o estupro é sempre visto como errado. A tentativa de manter intacta a própria honra, ou a honra da sua “favela”, além de tentar oferecer uma mercadoria política aos vizinhos, compõem as conjunturas que podem levar ao homicídio. Não é tão importante nessas considerações se a ofensa é considerada um crime ou não, ou se o motivo que originou a reclamação foi um soma pequena ou grande de dinheiro, um objeto de pouco ou de muito valor, uma cueca rasgada durante uma corrida de ganso ou o estupro de um parente. Nos casos se iniciam com pequenos valores ou ofensas que parecem pouco relevantes, o observador externo pode achar que a causa é banal, mas não foi essa a percepção dos adolescentes. É preciso reestabelecer a honra ferida e, pela lógica da sociabilidade violenta, “a retaliação física [é] quase sempre letal”. (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 42).

3. TRÁFICO DE DROGAS

Praticar a venda ilegal de drogas significa em alguma medida pensar na relação que será preciso ter com o controle policial, com justiceiros não-oficiais, como pistoleiros, com os vizinhos que não estão “envolvidos”, com devedores e cobradores, entre outras. Tentaremos mostrar como essas relações foram apresentadas pelos adolescentes com quem conversamos e como, segundo eles, elas podem resultar em homicídios. Um interlocutor deu o seguinte depoimento com relação a forma como ele lida com a polícia:

«P: Você chegou a trocar tiro com polícia?

R: Algumas vezes só. Quase morri, fi. Bagulho doido. Depois “chove” de polícia. Aí o patrão deu ideia que não é pra ficar dando tiro em polícia não. Em vez de você dar tiro neles, você correr. »

A consideração sobre os homicídios relacionados ao tráfico de drogas depende das estratégias de regulação do mercado de drogas ilícitas. Um mercado ilegal não pode lançar mão das estratégias oficiais de regulação, ou seja, não pode se valer da Justiça e da polícia como mediadora de conflitos ou agente que impõe o controle social. Na realidade, a polícia e a Justiça serão os órgãos que tentarão reprimir esse mercado.

Apesar de esse ser um elemento fundamental na compreensão do uso da violência ilegítima por parte das quadrilhas locais de traficantes, esse elemento por si só não parece ser suficiente para explicar o uso da violência. É preciso lembrar quadrilhas locais de venda de drogas ilícitas a varejo estão submetidas a forte processo de sujeição criminal (MISSE, 1999; 2010). Logo, esses indivíduos podem ser reprimidos com extrema violência, pois o combate ao crime se confunde com o combate a pequenos traficantes de bairros periféricos. Por outro lado, entre esses jovens traficantes, como vimos anteriormente, são utilizadas lógicas referentes à sociabilidade violenta, especialmente à tentativa de parecer forte ou fisicamente potente – ainda que através do uso de armas de fogo.

Na Grande Vitória, segundo os dados que pudemos coletar até agora, os traficantes evitam matar policiais. Isso não significa que não haja vontade de matá-los, apenas que, como o exemplo acima evidencia, há um cálculo racional de que é melhor não matar policiais devido à repercussão que a morte de um policial gera. Contudo, a partir do momento em que o policial assume a função de “pistoleiro”, ele passa a ser um inimigo mais perigoso, que pode ser alvejado sem que se pense muito nas consequências.

«Guerra com pistoleiro, que é pior que traficante.

P: Mas eles em guerra com vocês por quê?

R: Entra em guerra porque os outros contrata eles para poder pegar a gente. Fiz um assalto, tinha uns quatro pistoleiro atrás de mim. Chegava na favela, “eu quero [Apelido]”. (...) Eu tinha que matar, se eu não matasse eu ia morrer. Não é guerra. Nem era traficante eles. Pior de tudo que era tudo polícia. »

Em vários depoimentos, adolescentes confirmaram sua aversão à pistolagem, tanto em entrevista quanto em conversas informais. Existem duas razões apresentadas para isso. A primeira é que os pistoleiros podem ser contratados para agirem contra eles, especialmente se além de traficar, o indivíduo na vida do crime praticar “157” [roubo]. A segunda é que, como pode ser motivado exclusivamente pelo interesse financeiro, o pistoleiro aparece como um indivíduo imprevisível e difícil de ser submetido ao controle social dos traficantes. Além disso, ele também está armado e escapa à lógica da submissão pela violência da sociabilidade violenta. O relato abaixo é de um adolescente que rompeu com antigos parceiros do tráfico porque eles estavam “fechando” com pistoleiro. Eu perguntei por que não se pode estabelecer parcerias com pistoleiros e ele me deu a seguinte resposta:

«Pistoleiro gosta de matar trabalhador. No crime que a gente fecha, a gente [não] fecha pelo errado não. Mesmo que a gente ‘tá nessa vida aí, a gente tem que ter os morador do nosso lado, não longe de nós, não tem? Nós tem que defender eles também. Pistoleiro, nossa... Pistoleiro se você está assim, o cara é trabalhador, se o cara não gostar da sua cara, você vai lá: “te dou dois mil reais pra você matar aquele cara ali”, ele vai lá e mata. Pistoleiro é o cara que gosta de matar por dinheiro, não tem? Pistoleiro se você tiver uma peça responsa [bacana] que ninguém tem, ele te mata para tomar a peça. Isso aí que é pistoleiro. »

O tráfico de drogas, da forma como foi apresentado pelos adolescentes com quem conversei, vai tentar articular algumas práticas de controle social – entendido aqui na elaboração de Black (1993), que o aponta como qualquer ação em resposta a um comportamento desviante – e interesse material. Não seria incorreto afirmar que, ao mesmo tempo, esses indivíduos estão tentando maximizar suas preferências – por dinheiro, por status, por conforto, etc... A tentativa da junção entre o que é certo e a maximização de algumas preferências – incluindo aí a tentativa de parecer forte e fisicamente imbatível da lógica da sociabilidade violenta – conforma o uso da violência nos casos ligados ao tráfico de drogas na Grande Vitória. Explicando porque cometeu um assassinato, um adolescente me fez o seguinte relato:

«Por causa da tiração dele. Ele roubou uma pedra [de crack] minha. Ele fumava crack. Roubou uma pedra minha. Matei ele. »

A esposa do assassinado foi reclamar com outras pessoas do “movimento”:

«Ela mandou os caras me matar já... Os caras falou: “Não vou matar o moleque não porque ele matou o cara pelo certo”.»

É possível assim demonstrar que ocorre a junção entre os interesses de funcionamento de um protonegócio, com uma noção do “certo” que precisa ser apresentada. Contudo, como envolve também possibilidades de manipulação dessa “certeza”. Estar certo e, portanto, pretender exercer o controle social sobre um suposto desviante, depende necessariamente do julgamento do que é o desvio e do que é o correto, julgamento esse que pode parecer óbvio para indivíduos que imaginam estar agindo baseados em um padrão de comportamento subjacente (MAGALHÃES, 2006, P. 73). Porém, esse padrão não está em lugar algum escrito, ele é aplicado na prática, muitas vezes utilizando-se de racionalização dos interesses, que vão ser explicados *a posteriori*. Um caso de um adolescente que foi alvejado por um antigo parceiro revela bem essa situação:

«Então ele sabia que eu não tinha essas coisa de matar. Então pra ele, ele ficou falando na cabeça dos outros, né. Que eu ‘tava indo ameaçar ele, que eu ‘tava de moto e ele ‘tava bem dormindo, falou que eu ia matar ele. Só que os cara não tinha motivo, isso não era motivo pra me matar, aí ele foi e, passou por cima dos cara lá, foi e me deu um tiro pelas costas. Ele me devendo, ele me deu um tiro pelas costas.»

Quando estabeleceu o conceito de mercadorias políticas, Michel Misse (1999) imaginou a existência de dois mercados: um da venda de mercadorias e serviços ilícitos e outro que provê serviços políticos que podem servir para promover a regulação dos mercados ilegais. Assim,

É importante ressaltar que é próprio desses mercados, pelo fato de desenvolverem atividades ilegais ou ilícitas, sem recurso à regulação estatal, utilizar recursos que envolvem signos de violência e demandar (ou se submeter à oferta) de outras mercadorias ilícitas especificamente «políticas», como as diferentes formas de extorsão e compra de «proteção». (MISSE, 1999, p. 291)

Um mercado funciona atendendo alguns preceitos de mercado, feitos muito mais no interesse de promover o lucro do que de promover justiça. Na Grande Vitória todo esse mercado se regula de forma mais pulverizada, uma vez que as quadrilhas de venda local de drogas ilícitas estão pouco articuladas entre si. As quadrilhas têm algumas relações entre si, que eles chamam de “fechamento”, mas não o suficiente para constituir um grande “*comando*”. Embora não haja aqui o desejo de estender a comparação com outras cidades, acredito que uma descrição da situação no Rio de Janeiro facilitará a compreensão dos efeitos da falta de um ou de alguns grandes “*comandos*” em Vitória:

Como será demonstrado ao longo desse trabalho, o *comando* estabelece um quantum de coletividade moral entre os bandidos que respondem por seu nome, respaldando a regulação das questões de direito e propriedade concernentes ao tráfico. [...] será defendido que a *facção* autentica a propriedade dos *donos de morro* sobre os direitos de exploração do tráfico de drogas em determinados territórios. [...] será argumentado que ela fornece as prescrições gerais de conduta que são evocadas para a resolução de disputas. (GRILLO, 2013.)

A ausência de um mecanismo moral com tamanho poder de regulação, autenticação, e de prescrição de conduta, provavelmente tenha efeitos sérios para se organizar o varejo de drogas nesse local. Contudo, essa comparação seria bastante especulativa se ela não fosse feita também pelos adolescentes de Vitória. Alguns dos entrevistados reclamam explicitamente da falta de organização entre as “favelas” e fazem comparações entre diferentes cidades:

«O negócio aqui tinha que ser igual lá para o lado do Rio [de Janeiro], bagulho de facção. Que aí ia ser gostosinho. Menor de 12 anos ia ‘tá com uma 45 andando na rua, para cima e para baixo, pegando os polícia e rasgando junto com nós. Tá ligado? Mas não tem isso, os cara é mais “olho grande”. Quer “crescer o olho” para cima do “movimento”, tomar seu “movimento”. Tá ligado? Aí rola sangue mesmo. Tem que se unir. Se nós aqui tudo de Vitória aqui fosse uma facção só, ou contra outra aí, matar o polícia, deixar nós sair... Ia ficar gostosinho nosso “movimento”.»

Um dos interlocutores alegou ter um primo que era traficante no Rio de Janeiro. Perguntei se do que ele sabia se havia diferença entre a forma de se organizar o tráfico nas duas cidades. Ele me disse que:

«Os caras do Rio [de Janeiro], eles “não comem nada”⁶. Eles ‘tá... eles já é programado para matar ou para morrer. Os caras daqui, das favelas, não troca

⁶ “Não comer nada” significa não escutar conselhos ou não dar atenção a advertências, de forma a manter-se descontrolado e agressivo.

tiro com polícia. Tipo, com medo dos policiais fechar a favela. Mas lá não, a polícia vem e os cara arrepia. Os policiais voltam de ré e não sobem. Então tem tipo uma diferença. Entendeu? »

Quando eu insisti sobre as diferenças de organização, ele decidiu citar a organização em São Paulo, como exemplo de um lugar ainda mais organizado:

«Você já viu em São Paulo? Em São Paulo, os traficantes, de São Paulo tudo, eles não tem guerra entre eles. Eles ganham dinheiro assim. Eles têm guerra com polícia. Que é o PCC, a irmandade. Então, eles têm problema com a polícia. Agora no Rio e em Vitória, é porque eles têm guerra entre facções assim, eles, entendeu? Um quer tomar a “boca” do outro. “Olho grande”. Por causa disso que gera isso aí, todo dia morre gente.»

Acredito que mais do que efetivamente falar sobre outras realidades, que os adolescentes só conhecem por breves estadias ou por relatos, essas falas demonstrem do que os entrevistados se ressintam na “*vida do crime*” na Grande Vitória. A falta de uma organização maior revela também certa falta de poder simbólico, que mesmo as quadrilhas locais têm dificuldade em promover. Muitas vezes, os patrões [cargo mais alto na hierarquia local do tráfico] se eximem da responsabilidade de resolver querelas e deixam que seus subordinados resolvam os próprios problemas. Um caso de um adolescente que teve um problema dentro de sua “boca” ilustra bem a situação:

«Já peguei e já liguei: “qual é, [nome do “patrão”]?, Aí, aí esse [nome do “gerente”] aqui não tem?, pô, eu tirei cem reais pra dar a ele amanhã de manhã e ele tirou com a minha cara, esse cara tava me tirando, não sei o quê.” Aí eu expliquei ele como é que foi, aí ele falou: “tá doido, véi, esse cara fez isso com você, querer te matar?”. “Ele quer me matar”, eu falei pra caramba, não tem?. Aí falei, “ah, vê que você faz aí.” “Não mata ele não”. “Ahn, ele tá me tirando”, aí ele falou: “ah, não mata ele não, ele tem a mãe doente, rapaz.”. “Eu não quero saber de mãe não, esse cara tá me tirando, [nome do “patrão”], ahn.” Ele pegou e: “ah, vê o que você faz aí então”.»

Esse é um ressentimento que muitos adolescentes apresentam. Eles se sentem desprotegidos pelo “movimento”, muitas vezes contando apenas com as próprias forças.

«Se você entrar pra um “movimento” e o “movimento” tem guerra, a guerra dele é guerra sua; mas nem sempre a sua guerra é guerra pra ele [o “patrão”]. Esse é que o foda, é complicado, é embaçado esse bagulho de “movimento”.»

A guerra do “movimento” é extensível a todos os seus membros. Contudo, o poder bélico que a quadrilha possui nem sempre vai proteger os membros individuais, especialmente se o desentendimento não for considerado como algo relativo à coletividade. Por outro lado, é possível também que as guerras se fortaleçam mesmo que se perca de vista o motivo inicial do desentendimento. É possível também que o interesse seja o único viés de discordância e que se busque apenas expandir a área de atuação da quadrilha.

«Tinha problema com o tráfico porque tinha muita gente com o “olho grande” também e queria tomar o que nós tinha conquistado. Entre aspas o que nós tinha

também. E muitas pessoas queria tomar aquele tráfico que nós tinha. As coisas que muitas pessoas via o que nós portava, aí muitos tinha “olho grande”. Aí nós tinha que proteger aonde nós ‘tava ganhando dinheiro também. Não era dá pros outros. Igual um bar, você fale e você dá o bar pro outros ganhar dinheiro em cima de você no ponto? A mesma coisa com o tráfico de drogas, você tem que zelar, você tem que fazer aquela guarda. Você tem que guardar aquilo ali tudo pra manter o seu tráfico de drogas, aí no início você acaba na guerra.»

Essa situação pode gerar uma conjuntura de guerra de quadrilha propriamente dita. Nesse caso, a autodefesa, busca por uma prática de algum tipo de justiça e mesmo a busca por maximizar o interesse expandindo a área de atuação de uma quadrilha ganha alvos coletivos, se estendendo para todos os membros da facção rival. Note-se que afirmar esse interesse sempre foi muito difícil para os interlocutores, embora em algumas conversas informais isso tenha acontecido. No mais das vezes, o adolescente afirma que o “movimento” precisa se defender, como no relato acima. Perguntei a um adolescente certa vez se não havia possibilidade de “desembolo” – resolver a questão de maneira dialogada. Ele me disse que, no caso do “bonde” (quadrilha) dele era impossível. Completou dizendo que as guerras geralmente se consolidam com a morte de um membro do “bonde” por alguém do “bonde” rival. A quadrilha que foi alvejada primeiramente reage e mata vários (ele me deu o número hipotético de seis) da outra quadrilha e a partir de então não há mais como “desembolar”.

Segundo Donald Black,

it might be noted that the practice of collective liability — whereby all the people in a social category are held accountable for the conduct of their fellows — occurs in modern as well as traditional societies. This is most apparent during a war, revolution, or riot, when anyone might suffer for the deeds of someone else, but during peaceful times, too, seemingly random violence often follows the same logic.(...) Among young people themselves, particularly in large American cities, rival "gangs" may engage in episodic violence resembling the feud in traditional settings, where each member of a feuding group is liable —to injury or even death—for the conduct of the other members⁷ (1993, p. 35)

Esse tipo de conduta é bastante citada pelos adolescentes que entrevistei. Contudo, somado à lógica da sociabilidade violenta de parecer forte e temível, essa prática pode se tornar bastante nefasta. Se essa lógica predomina, alguns dos membros podem se engajar em “guerras” na tentativa de parecerem mais potentes, ou de demonstrarem a potência que (acham que) tem. É o caso de um dos interlocutores que ouvi:

⁷ Tradução livre: pode-se notar que a prática de responsabilidade coletiva – segundo a qual todas as pessoas numa categoria social são consideradas responsáveis pela conduta de seus pares – ocorre tanto em sociedades modernas como em sociedades tradicionais. Isso é mais evidente durante uma guerra, uma revolução ou uma manifestação, quando qualquer um pode sofrer pelos feitos de outra pessoa, mas, também durante tempos de paz, aparentemente a violência aleatória segue muitas vezes a mesma lógica. (...) Entre jovens, particularmente em grandes cidades americanas, gangues rivais podem se engajar em violência episódica que lembra as contendas em conjunturas tradicionais, nas quais cada membro de um dos grupos da disputa é responsabilizável – com agressão ou até morte – pela conduta dos demais membros.

«Daí eu comecei a me envolver em guerra que não era minha. Não tem? Porque os amigos que eu tinha já me viu... eu saí para me exhibir mesmo, com as armas na rua, duas peças na cintura. [...] Aí me chamaram para dar ataque. Tipo, “bocas” rivais, inimigas. Me chamaram para dar ataque. Eu peguei e falei: “Pô, vamos. Nunca fui, é como?” “Você chega... nós vamos chegar escondido, vamos dar um monte de tiro e vamos meter o pé [ir embora]”. Eu falei: “demorou”. Aí fui, não tem? Primeira vez que eu dei um ataque, ainda tinha medo, não tem? De dar tiro. Tinha medo. Já tinha dado um tiro com uma vinte dois, a primeira vez. Mas mesmo assim, ainda tinha medo de dar tiro nas pessoas. Não de dar tiro assim, pá pá, para o alto, não tinha medo não, mas tinha medo de acertar as pessoas, não tem. Aí, mas... ainda falei: “não, mas tá tranquilo. Vou matar?” E os caras falou: “ahn, se marcar [bobeira] nós mata.” Aí eu falei: “ahn, demorou”.»

Fica claro que o tráfico varejista de drogas é uma atividade desenvolvida coletivamente, contudo, boa parte das atividades de autodefesa acontece individualmente. Entretanto, é possível ainda ter a possibilidade de ser responsabilizado pelas atitudes da quadrilha e ser alvejado e assassinado por isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo procuramos trabalhar como nos foram apresentados casos de homicídio relacionado ao que se convencionou chamar de “causas banais” e ligados ao tráfico de drogas. Todos os relatos vêm de adolescentes em conflito com a lei internados, muitos deles que praticaram homicídios. A pesquisa ainda está em andamento e novos dados estão sendo levantados, mas por ora acreditamos ser seguro fazer alguns apontamentos.

Aparentemente, a expressão “causas banais” não reflete com exatidão a dinâmica que leva ao homicídio. Vingar um estupro pode parecer um motivo mais consistente do que a cobrança de uma dívida de poucos reais; contudo, ambos os casos hipotéticos refletem dois elementos que destacamos acima: o primeiro é que o crime nesses casos, como apontou Black, é uma estratégia de controle social, por vezes de autodefesa, por vezes em prol de outrem. O segundo é que ambos os casos refletem movimentações dentro da lógica da sociabilidade violenta, segundo a qual é preciso aparentar ser forte e temível, muitas vezes apelando para a prática reiterada de atividades violentas. Assim, as ações e retaliações são encaradas em uma lógica que articula valores de honra, de virtude e força em potencial. Qualquer indivíduo, como já apontamos inicialmente, que se encontre ofendido de forma grave em sua honra mediante uma agressão para qual ele acredita que o Estado não terá uma resposta satisfatória, pode ser compelido a agir da mesma maneira.

O governo do Estado do Espírito Santo, através da sua secretaria de segurança pública, afirma que crimes assim são mais difíceis de prevenir (FERNANDES, 2014). Black (1993) também aponta para isso. Segundo ele,

To the degree that people feel morally obligated to commit crimes, it would seem that the capacity of the criminal law to discourage them — its so-called deterrent effect — must be weakened. For example, homicides committed as a form of capital punishment would seem to be more difficult to deter than those committed entirely in pursuit of personal gain.⁸ (BLACK, 1993, p. 37)

Porém, Black aponta que, em lugares ou em situações nos quais o acesso à lei é mais escasso ou impossível, a ocorrência de crimes de autodefesa tende a ser maior. Para os tais crimes de motivação “banal”, que envolvem ofensa e defesa da honra, maior presença do Estado pode ser um motivo de diminuição dessas práticas ao menos para aqueles que não estão envolvidos na “*vida do crime*” e poderiam recorrer à força policial. Contudo,

Lower-status people of all kinds — blacks and other minorities, the poor, the homeless — enjoy less legal protection, especially when they have complaints against their social superiors, but also when conflict erupts among themselves (...). To the police and other authorities, the problems of these people seem less serious, their injuries less severe, their honor less important⁹. (BLACK, 1993, p. 40).

Não temos qualquer razão para acreditar que essa lógica tenha sido subvertida no Espírito Santo. Muito ao contrário, a evidência que temos endossa esse tipo de comportamento por parte da polícia. Por outro lado, o tráfico de drogas não pode prescindir de recursos estatais para a sua regulação. Podemos ressaltar, contudo, o quanto os indivíduos envolvidos nessa relação se veem isolados e com a necessidade de resolver seus muitos problemas individualmente. A lógica de busca da autodefesa e da sociabilidade violenta continua valendo nesses casos, mas se soma também a uma lógica de defesa da quadrilha – embora essa lógica pareça não se estender aos problemas tidos como individuais de seus membros – e de ataques a quadrilhas rivais.

Uma última consideração merece ser feita. Sempre há um *account* possível para um homicídio. A ideia de crime como controle social (BLACK, 1993) ecoa entre os adolescentes internado com quem convivo. Um deles certa vez me disse que:

«Porque querendo ou não também, hoje em dia ninguém morre à toa, a não ser quando é bala perdida. »

O quanto de tentativa de neutralizar o próprio crime (SYKES & MATZA, 1957), de esconder o interesse pessoal que há por trás do crime ou de busca pela prática de um ideal

⁸ Tradução livre: Ao nível em que as pessoas se sentem moralmente obrigadas a cometerem crimes, pareceria que a capacidade da lei penal de desencorajá-los – o assim chamado efeito detentor – deve estar enfraquecida. Por exemplo, homicídios cometidos como forma de punição capital, pareceriam ser mais difíceis de deter do que aqueles cometidos inteiramente na busca de ganho pessoal.

⁹ Tradução livre: Pessoas de baixo status de todos os tipos – negros e outras minorias, pobres, moradores de rua – se beneficiam de menos proteção legal, especialmente quando tem reclamações contra superiores sociais, mas também quando o conflito eclode entre eles. (...) Para a polícia e outras autoridades, os problemas dessas pessoas parecem menos sérios, suas lesões menos severas, sua honra menos importante.

do que é “certo” que há em assertivas como essa é uma questão que ainda não pude decifrar. A evidência aponta que a tendência seja que tanto a vontade de neutralizar quanto a busca por esse tipo de justiça coexistam na “*vida do crime*” na Grande Vitória.

REFERÊNCIAS

BLACK, D. Crime as Social Control. In: _____. *The Social Structure of Right and Wrong*. San Diego: Academic Press Inc., 1993. pp. 27-46

FERNANDES, V. 43% dos assassinatos no Espírito Santo têm causas banais. In: *Gazeta Online*, 16 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/01/noticias/cidades/1475971-43-dos-assassinatos-no-espírito-santo-tem-causas-banais.html> Acesso em: 22 de março de 2014.

GRILLO, C. C. *Coisas da Vida no Crime*: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese de doutorado. PPGSA/UFRJ, mimeo, 2013.

MACHADO DA SILVA, L. A. (org.) *Vida sob cerco*: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAGALHÃES, C. A. T. *O crime segundo o criminoso*: um estudo de relatos sobre a experiência de sujeição criminal. Tese de doutorado, PPGSA/UFRJ, mimeo, 2006.

MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos*: acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado, IUPERJ, mimeo, 1999.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. In: *Lua Nova*. N. 79. São Paulo, 2010 pp. 15-38.

OLIVEIRA, L. Mais de 1,4 mil assassinatos no Espírito Santo já foram registrados em 2013. In: *ES Hoje*, 13 de dez. de 2013. Disponível em: <http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2013/12/noticias/seguranca/12892-mais-de-1-4-mil-assassinatos-no-espírito-santo-ja-foram-registrados-em-2013.html> Acesso em 22 de mar. de 2014.

SCOTT, M.B. & LYMAN, S. M. Accounts. In: *Dilemas*. Vol. 1 n. 2 out-nov-dez, 2008. pp. 139-72.

SYKES, G. & MATZA, D. Techniques of neutralization: a theory of delinquency. In: *American Sociological Review*. N. 22, 1957. pp. 664-70.